



Colégio Sala Ordem

Dezembro/2016

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Concurso Público para provimento de cargos efetivos de **Técnico PGE – Técnico Administrativo**

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A persistência é o caminho do êxito em qualquer dificuldade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas .
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 9, considere o texto abaixo.

Um estudo publicado por um instituto de pesquisas indica que o debate político nas redes sociais mobiliza paixões, mas, na prática, resulta em quase nenhum entendimento, porque o ambiente virtual convida ao confronto irracional e à manutenção irreduzível de opiniões – o que é a negação da política. O estudo evidencia que o melhor da política, entendida como a atividade por meio da qual se convence o outro a aderir a determinado ponto de vista, manifesta-se em sua plenitude principalmente no contato pessoal, olho no olho, situação em que os argumentos tendem a prevalecer aos punhos.

A pesquisa em questão foi feita nos Estados Unidos, mas pode-se presumir que seus resultados sirvam para o cenário brasileiro. Lá como cá, não é incomum que amigos rompam relacionamentos em razão da defesa de posições conflitantes.

De acordo com o instituto, 59% dos entrevistados disseram que as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes nas redes sociais costumam ser “estressantes” – porque envolvem linguagem ofensiva e porque, muitas vezes, representam a possibilidade de ruptura com pessoas conhecidas – e “frustrantes” – uma vez que o outro lado não apresenta nenhuma disposição de ceder e não se extrai da conversa nada que se possa considerar aceitável para reflexão. Para 84%, as pessoas dizem nas redes sociais coisas que provavelmente não diriam numa discussão política travada numa conversa pessoal.

Para não perder os amigos por conta das paixões políticas, a maioria dos usuários das redes sociais diz que quando conhecidos postam comentários políticos dos quais discordam é melhor ignorá-los a alimentar uma discussão que, no mais das vezes, resulta em tensão.

Não obstante, um em cada cinco entrevistados que revelaram maior gosto pelo envolvimento político disse interagir nas redes sociais para defender seus pontos de vista, e um terço deles entende que a internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate.

Logo, não se trata de descartar as redes sociais como lugar para o debate político, pois é evidente que, especialmente entre os mais jovens, a interação virtual tornou-se a principal forma de comunicação. No entanto, por ora o que se tem não pode ser classificado de debate, mas de guerra.

(Adaptado de: A política nas redes sociais. **O Estado de São Paulo**, p. A3, 6/11/16)

1. Atente para as afirmações abaixo.

- I. Depreende-se do texto que as discussões políticas nas redes sociais caracterizam-se por serem menos respeitadas do que em outras circunstâncias e são, para a maioria, inúteis quando se trata de atingir alguma resolução entre opiniões divergentes.
- II. Na opinião do autor, as redes sociais, por propiciarem a difamação, não são o local apropriado para o debate político, que só é profícuo quando travado pessoalmente.
- III. Por suas características, o texto pode ser corretamente classificado como uma crônica, uma vez que se apresenta uma narrativa informal, ligada à vida cotidiana, com linguagem coloquial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

2. No texto, a *negação da política* configura-se como a

- (A) *conversa pessoal.*
- (B) *possibilidade de ruptura com pessoas conhecidas.*
- (C) *manutenção irreduzível de opiniões.*
- (D) *inclusão de novas vozes no debate.*
- (E) *defesa de posições conflitantes.*

3. Respeitadas as regras de concordância, o verbo que também pode ser corretamente flexionado em uma forma do plural está em:

- (A) *... o debate político nas redes sociais mobiliza paixões...*
- (B) *... a maioria dos usuários das redes sociais diz que...*
- (C) *Um estudo publicado por um instituto de pesquisas indica que...*
- (D) *... um em cada cinco entrevistados [...] disse...*
- (E) *... as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes...*



4. Sem prejuízo da correção e do sentido, os termos *Logo* e *No entanto* (último parágrafo) podem ser substituídos, respectivamente, por:
- (A) Assim – Já que
 - (B) Pois – Por isso
 - (C) Por conseguinte – Todavia
 - (D) Já que – Contudo
 - (E) Contudo – Conquanto

5. Identifica-se noção de finalidade em:

- (A) ... *pois é evidente que, especialmente entre os mais jovens...*
- (B) ... *mas pode-se presumir que seus resultados sirvam para o cenário brasileiro.*
- (C) ... *porque envolvem linguagem ofensiva...*
- (D) ... *quando conhecidos postam comentários políticos...*
- (E) *Para não perder os amigos por conta das paixões políticas...*

6. ... *que amigos rompem relacionamentos em razão da defesa de posições conflitantes.*

O verbo empregado com o mesmo tipo de complemento que o da frase acima está em:

- (A) ... *que as interações com quem sustenta pontos de vista divergentes nas redes sociais...*
- (B) ... *comentários políticos dos quais discordam...*
- (C) ... *mas, na prática, resulta em quase nenhum entendimento...*
- (D) ... *o que é a negação da política.*
- (E) ... *porque o ambiente virtual convida ao confronto irracional e à manutenção irredutível de opiniões...*

7. Uma redação alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Muito embora as interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais são classificadas como estressantes e frustrantes, envolvem certo grau de agressividade e nada de profícuo para a reflexão é extraído da conversa.
- (B) Considera-se estressantes e frustrantes as interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais, que envolvem certo grau de agressividade, além de nada de profícuo para a reflexão ser extraído da conversa.
- (C) As interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais são consideradas estressantes, por envolverem certo grau de agressividade, e frustrantes, na medida em que nada de profícuo para a reflexão deriva da conversa.
- (D) As interações entre os que sustentam opiniões divergentes nas redes sociais, conquanto consideradas estressantes ao envolverem certo grau de agressividade, e frustrantes, uma vez que não extrai-se nada de útil para a reflexão da conversa.
- (E) Opiniões divergentes nas redes sociais, envolvendo certo grau de agressividade na interação, que estressa e frustra, uma vez que, além disso, não se extrai da conversa nada de profícuo para a reflexão.

8. *Não obstante, um em cada cinco entrevistados que revelaram maior gosto pelo envolvimento político disse interagir nas redes sociais para defender seus pontos de vista, e um terço deles entende que a internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate.* (5º parágrafo)

Considere as afirmações abaixo a respeito da frase em destaque.

- I. Sem prejuízo do sentido, o segmento *que revelaram maior gosto pelo envolvimento político* pode ser isolado por vírgulas.
- II. A locução que inicia a frase indica restrição ao que se afirmou anteriormente.
- III. O segmento *a internet possibilita a inclusão de novas vozes no debate* está corretamente reescrito do seguinte modo: a inclusão de novas vozes são possibilitadas no debate pela internet.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



9. ... porque o ambiente virtual convida ao confronto irracional e à manutenção irredutível de opiniões...(1º parágrafo)

O segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por

- (A) defesa inflexível de pontos de vista.
- (B) uma conservação ilógica de certos modos de pensar.
- (C) um juízo de valor inalterável sobre determinado assunto.
- (D) crenças pessoais sustentadas de forma intransigente.
- (E) pressupostos sustentados de modo passional.

10. A frase redigida com correção e clareza encontra-se em:

- (A) Embora discussões acaloradas nas redes sociais ocasionalmente causem conflitos entre amigos, muitos creem que devam ser incentivadas, pois estimulam a troca de ideias e a reflexão a respeito de assuntos diversos.
- (B) Alguns usuários de redes sociais afirmam que usam ferramentas para restringir comentários ou, em uma situação mais séria, chega até mesmo a bloquear um amigo que, em sua visão está sendo ofensivo.
- (C) Para um número significativo de usuários, a internet estimula as pessoas a se interessar apenas pela discussão de um tema que lhe dizem respeito ou do qual tenham interesse individual.
- (D) Tratam-se apenas das minorias dos usuários, de formas de comunicação, na internet que afirmam ter outra visão política acerca de determinado assunto em função do que leram nas redes sociais.
- (E) Interessa menos o motivo porque as redes sociais se converteram num verdadeiro campo de batalha, enquanto que a razão e o exercício da discussão saudável não é estimulado de modo a se ter um legítimo confronto de ideias.

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 14, considere a entrevista abaixo.

Qual acha que é a principal característica deste início de século 21?

Zygmunt Bauman: Este século é diferente do século 20. Se compararmos o que eu vivenciei quando jovem, cheio de expectativas, com o que vivencio agora, diria que estamos num estado de interregno. No "interregno", não somos uma coisa nem outra. As formas como aprendemos a lidar com os desafios da realidade não funcionam mais. Mas as novas formas, que substituiriam as antigas, ainda estão engatinhando. Não temos ainda uma visão de longo prazo [...]. Hoje, vivemos na sociedade pós-industrial do consumismo, e a passagem da sociedade de produção para a sociedade de consumo foi muito poderosa. Mudamos o foco da construção das bases do poder da sociedade para a cultura do imediatismo, do prazer, da identificação da felicidade com o aumento do consumo.

Acha correto dizer que hoje recebemos informação demais?

Zygmunt Bauman: Como E. O. Wilson, grande biólogo, expressou de forma muito sucinta: "Estamos nos afogando em informações e famintos por sabedoria". Não temos tempo de transformar fragmentos de informações em algo que podemos chamar de sabedoria. A sabedoria nos mostra como prosseguir. Como Ludwig Wittgenstein dizia: "Compreender é saber como seguir adiante". É isso que estamos perdendo.

Neste mundo hiperconectado, qual é o papel da educação?

Zygmunt Bauman: O sistema educacional atual é uma das vítimas da cultura do imediatismo. Educação e imediatismo são termos contraditórios. Certas capacidades psicológicas (como atenção, concentração e o chamado pensamento linear) estão sendo destruídas. Há mudanças na psique humana. E isso coloca os educadores numa posição muito difícil.

Que iniciativas e projetos lhe dão esperança no futuro da humanidade?

Zygmunt Bauman: Sou pessimista em relação ao curto prazo e otimista em relação ao longo prazo. Quando analisamos a história da humanidade, vemos que ela é menos cruel e sórdida agora, apesar de tudo de ultrajante que acontece. Houve muitas crises na história, mas as pessoas sempre acharam um caminho. Minha preocupação é o tempo que levarão para achar o caminho agora. Quantas pessoas se tornarão vítimas até que a solução seja encontrada?

(Adaptado da entrevista de: Zygmunt Bauman ao jornalista Marcelo Lins. Disponível em: <http://www.conjur.com.br>)

11. Na entrevista, Bauman estabelece um contraste entre

- (A) a cultura do imediatismo e a hedonista sociedade de consumo.
- (B) a noção de felicidade e o aumento do consumo.
- (C) o sistema educacional atual e as transformações nas bases do poder da sociedade.
- (D) o excesso de informações recebidas hoje e a noção de sabedoria.
- (E) a psique humana e a tendência ao pessimismo a curto prazo.



12. O que Bauman classifica como estado de “interregno” refere-se
- (A) à percepção de que, em função da cultura do imediatismo, potencializada pelo consumismo, momentaneamente desperdiça-se a sabedoria acumulada pelo homem na história.
 - (B) a um momento de reflexão a respeito da utilidade, no presente, das crenças e valores advindos do passado.
 - (C) a uma crise sem precedentes na história da humanidade, cujas consequências atingirão um vasto contingente de pessoas antes que a solução seja encontrada.
 - (D) à crise no sistema educacional, causada pelo fato de se ter acesso a um excesso de informações, que implicam prejuízos para a própria psique humana.
 - (E) a uma espécie de intervalo vivido no tempo histórico, no qual ainda não se encontrou uma forma eficaz de lidar com os novos desafios impostos pela realidade.

13. *Quando analisamos a história da humanidade, vemos que ela é menos cruel e sórdida agora, apesar de tudo de ultrajante que acontece.*

Uma redação alternativa para a frase acima, em que se mantêm a correção e o sentido, está em:

- (A) Não se pode negar que se vê ainda hoje muitos acontecimentos cruéis e sórdidos, mas são menos ultrajantes quando se analisa a história da humanidade.
- (B) Ao analisarmos a história da humanidade, embora vemos que ela é menos cruel e sórdida hoje, há tudo de ultrajante que acontece.
- (C) Tendo em vista tudo de ultrajante que acontece, vê-se que, a história da humanidade a ser analisada, é menos cruel e sórdida hoje.
- (D) A despeito de tudo de ultrajante que acontece, percebe-se, ao se analisar a história da humanidade, que atualmente ela é menos cruel e sórdida.
- (E) A história da humanidade, ao ser analisada, demonstra que hoje, devido à tudo de ultrajante que acontece, há menos crueldade e sordidez.

14. Uma redação alternativa para um segmento do texto em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Como educação e imediatismo são termos contraditórios, destrói-se hoje certas capacidades psicológicas: atenção, concentração e o chamado pensamento linear.
- (B) Devido a mudanças na psique humana, os educadores estão sendo colocados em uma posição muito difícil.
- (C) Vive-se hoje, na sociedade do consumismo, cujo o foco das bases do poder recaiu na cultura do imediatismo.
- (D) O sistema educacional atualmente, transformou-se em uma vítima da cultura do imediatismo, de onde se inferem que os termos educação e imediatismo são discordantes.
- (E) Já ocorreu, na história da humanidade, diversas crises, porém, sempre se achou os caminhos; mas hoje tratam-se de quantos se tornarão vítimas até que se encontre a solução.

15. Para Bauman, a livre regulação do mercado causa desigualdades e injustiças. Bauman questiona a livre regulação do mercado, pois, segundo ele, o mercado cria problemas, mas não consegue resolver os problemas.

Fazendo-se as alterações necessárias, os elementos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome em:

- (A) *lhe* questiona – *os* resolver
- (B) *lhe* questiona – *lhes* resolver
- (C) *a* questiona – *resolvê*-los
- (D) *a* questiona – *resolver*-*lhes*
- (E) *lhe* questiona – *resolvê*-los

16. *A reação da Europa em relação aos imigrantes hoje tem um impacto duplo. Por um lado, as empresas têm interesse em assimilar os imigrantes. Por outro, existe a reação esperada do medo de estranhos. Os empregados, e não o empregador, ...I... como concorrentes que provocarão o arrocho de seus salários.*

(BAUMAN, Zygmunt. *op. cit.*, com adaptações)

Preenche corretamente a lacuna I da frase acima:

- (A) *os enxerga*
- (B) *o enxergam*
- (C) *enxerga-lhes*
- (D) *lhe enxergam*
- (E) *enxergam-nos*

**História do Mato Grosso**

17. Durante o período colonial, o abastecimento dos vilarejos e arraiais na região do Mato Grosso, distantes dos núcleos de poder colonial, ocorria, em geral, por meio
- (A) das trocas comerciais nas fronteiras, entres colonos brancos do lado espanhol e do lado português que navegavam livremente os rios da Bacia do Prata e seus afluentes, indiferentes ao Tratado de Tordesilhas.
 - (B) do sistema de monções, mediante o qual mercadorias, roupas, utensílios e pessoas chegavam aos vilarejos em embarcações que percorriam os rios da região conformando um amplo circuito.
 - (C) da prática do *malón*, um comércio clandestino, que contava com a participação acordada entre índios e espanhóis, estabelecendo rotas informais de contrabando para o fornecimento de mercadorias aos povoados isolados.
 - (D) do comércio instituído entre as missões e as reduções jesuíticas que promoviam a troca das “drogas do sertão” e de produtos cultivados pelos indígenas por artefatos, pólvora e mercadorias úteis à sobrevivência dessas comunidades.
 - (E) das “entradas”, cujo objetivo era garantir a intercomunicação entre os povoados mais longínquos, a fim de assegurar o domínio português e a permanência de núcleos de população branca.
-
18. O povoamento do território mato-grossense recebeu notável impulso, no período colonial, com
- (A) a abertura dos caminhos em direção ao Grão-Pará, no começo do século XIX.
 - (B) o início dos apresamentos indígenas, no século XVI.
 - (C) a fundação da vila de Cuiabá, no século XVII.
 - (D) a descoberta de ouro no século XVIII.
 - (E) os primeiros povoados jesuíticos, como o arraial da Forquilha, no século XV.
-
19. A extração de minérios no território mato-grossense pelos bandeirantes, durante o período colonial, baseava-se essencialmente na
- (A) prospecção de diamantes e pedras brasileiras em minas subterrâneas no interior do Mato Grosso.
 - (B) cavação de encostas rochosas mediante a técnica da grupiara entre as serras da Borda e Santa Bárbara.
 - (C) extração da prata e minérios derivados da prata, no Rio Paraguai.
 - (D) utilização da bateia para a obtenção de minério de ferro na região do Pantanal.
 - (E) exploração do ouro de aluvião na região de Cuiabá.
-
20. A participação do Mato Grosso na guerra da Tríplice Aliança
- (A) deu-se como cenário fundamental das batalhas finais, terrestres e fluviais, que resultaram na derrota das tropas paraguaias comandadas por Solano López, pelos contingentes aliados, liderados por Bartolomé Mitre.
 - (B) ocorreu de forma direta, mediante a invasão paraguaia em um contexto de muitas tensões, na região, envolvendo a circulação de navios pela Bacia do Prata.
 - (C) foi importante à medida em que vigoravam, no Mato Grosso, fortes tendências separatistas, que pretendiam a independência do Estado e geraram ações truculentas do Império Brasileiro na região, a fim de garantir a unidade territorial.
 - (D) evitou um desfecho desfavorável ao Brasil, uma vez que a resistência militar que se estabeleceu nos fortes e vilarejos da região, garantiu o recuo das tropas paraguaias e a rendição de Solano López na zona de fronteira.
 - (E) contribuiu para o êxito das operações das tropas aliadas, lideradas pela guarda nacional argentina, que montou nesta província uma sólida base militar, com recursos provenientes da Inglaterra.
-
21. A divisão do território do Estado do Mato Grosso, que resultou na criação do Estado do Mato Grosso do Sul
- (A) realizou-se por uma decisão do governo de Ernesto Geisel, após o longo histórico de pressões pela separação, desde a Revolução Constitucionalista de 1932 quando a elite local havia proposto o “Estado de Maracaju”, em moldes democráticos e em contraposição às práticas coronelísticas vigentes no norte.
 - (B) aconteceu no início da ditadura no Brasil, numa tentativa do governo militar em solidificar alianças políticas com certos grupos oligárquicos, particularmente famílias ricas que se dedicavam à pecuária e reforçariam a base política do ARENA, o partido governista.
 - (C) resultou de um plebiscito popular realizado em 1977, uma vez que a população dessa parte do Estado sentia-se negligenciada pelo governo estadual, ao qual reivindicava mais investimentos e maior presença do poder público, que parecia privilegiar o norte do Estado.
 - (D) ocorreu em pleno regime militar, por antigas pressões das elites estabelecidas na parte sul do Estado, sob o argumento, dentre outros, de que a diversidade presente na grande extensão do território dificultava sua unidade, sua administração e seu desenvolvimento econômico.
 - (E) derivou de conflitos de interesses, acirrados após os anos 1950, entre a elite do norte do Estado, ligada à produção da soja e à pecuária para o mercado interno, e a elite do sul, que se dedicava à exportação da erva mate e café, sendo formada por empresários paulistas.



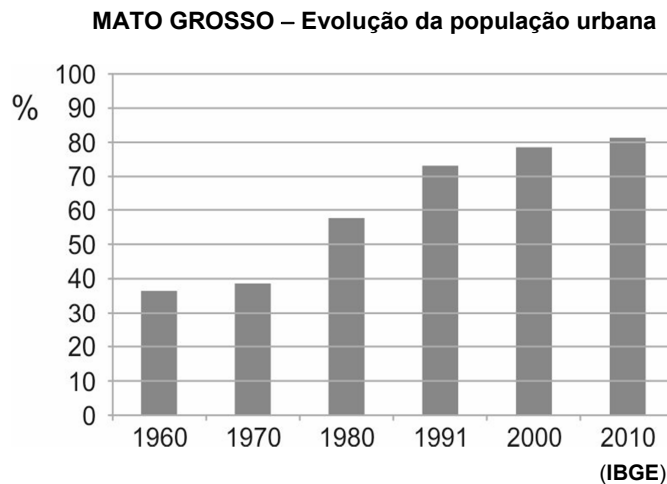
22. O cultivo da soja no Mato Grosso,
- (A) caracteriza-se pelo emprego de moderna tecnologia, incluindo o tipo de maquinário envolvido, o uso de biotecnologia, a pesquisa da transgênese e outros investimentos que tornaram o Brasil o maior produtor mundial.
 - (B) teve notável crescimento nas últimas décadas do século XX, sendo o produto agrícola que mais se expandiu em âmbito nacional, mas atualmente sofre uma crise resultante da concorrência oferecida por novos países produtores, como o Canadá.
 - (C) iniciou-se concomitantemente às primeiras levas de assentamento de migrantes do sul na região, favorecendo a economia familiar, a descentralização de recursos e somando, com a produção gaúcha, o mais alto volume de exportações de grãos do Brasil.
 - (D) continua em franca expansão em direção ao Norte e ao Nordeste, em função das grandes demandas de importação existentes por parte de países como Argentina, China e Estados Unidos, os principais compradores desse produto brasileiro.
 - (E) ocupa a maior área plantada do Estado, tem parte da produção destinada à fabricação de rações para animais e conta com certo crescimento de seu consumo nos hábitos de alimentação do brasileiro, ainda que existam polêmicas sobre os benefícios desse grão à saúde.
-
23. Como parte das consequências da Guerra da Tríplice Aliança no Mato Grosso, deve-se mencionar, entre outros fatores, a
- (A) inundação prolongada sofrida por diversas cidades causadas pela destruição deliberada de barragens pelas tropas argentinas.
 - (B) lenta recuperação dos danos materiais e perdas resultantes do conflito, viabilizada pelo auxílio recebido dos governos vizinhos das províncias de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.
 - (C) escassez de recursos e precárias condições de subsistência, com grande sofrimento da população em decorrência da fome e da disseminação de certas doenças, como a varíola.
 - (D) criação da Guarda Nacional, a partir da experiência militar dos Voluntários da Pátria, visando reconstruir as cidades prejudicadas e garantir a efetiva defesa da província.
 - (E) redefinição das fronteiras do território do Mato Grosso com a Bolívia, o Paraguai e a província de Goiás.
-

Geografia do Mato Grosso

24. Toda a extensa rede hidrográfica que serve o Estado de Mato Grosso, abrange grande parte das duas maiores bacias hidrográficas do Brasil – Amazônica e Platina, cujas águas se acham separadas pelas
- (A) Chapada dos Parecis e Serra Azul.
 - (B) Chapada dos Guimarães e Serra Formosa.
 - (C) Serra de Santa Bárbara e Serra do Roncador.
 - (D) Serra Formosa e Chapada dos Parecis.
 - (E) Serra do Roncador e Serra dos Apiacás.
-
25. Sobre os climas do Mato Grosso, é correto afirmar que
- (A) em áreas elevadas do sudoeste mato-grossense, o clima é tropical continental e a média anual atinge os 25 °C, podendo chegar a 35°C nos meses de verão.
 - (B) as baixas latitudes do Estado impedem a presença de massas de ar polares e continentais, o que torna o clima sujeito a pequenas variações de temperatura.
 - (C) no extremo sul do Estado a pluviosidade é alta devido à presença de serras e chapadas que provocam chuvas orográficas, principalmente no verão e outono.
 - (D) ao norte o clima é equatorial com elevada temperatura média anual, alta pluviosidade e predomínio da massa de ar equatorial no verão.
 - (E) no centro-leste do Estado, nas áreas de baixa altitude, há predomínio do clima tropical úmido com fracos períodos de seca nos meses de inverno.
-



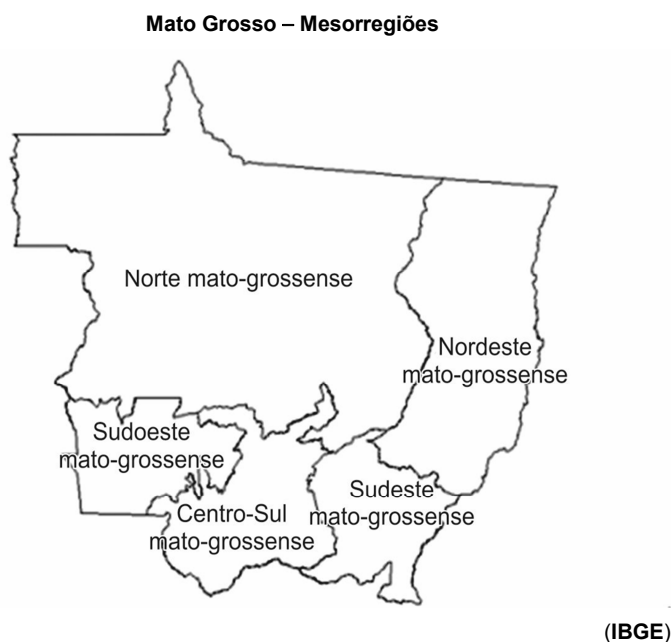
26. Considere o gráfico abaixo.



A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico mato-grossense permitem afirmar que

- (A) com a urbanização a população do Estado tornou-se melhor distribuída pelo espaço geográfico.
- (B) o êxodo rural e as migrações inter-regionais foram fatores importantes para o aumento da urbanização.
- (C) o aumento da população urbana deve-se, principalmente, à expansão do processo de industrialização.
- (D) o crescimento da população urbana foi seletivo e áreas como o sudeste e o centro-sul não foram contempladas.
- (E) o aumento da população urbana deveu-se ao crescimento de cidades com mais de 500 mil habitantes.

27. Considere o mapa do Mato Grosso a seguir.



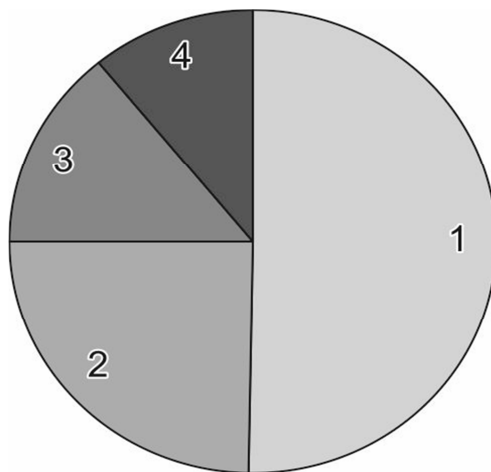
Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), entre os 15 Municípios que dobraram a população no período compreendido entre 2000 e 2010, quatro estão localizados no Estado do Mato Grosso na mesorregião

- (A) Sudoeste mato-grossense.
- (B) Nordeste mato-grossense.
- (C) Norte mato-grossense.
- (D) Centro-Sul mato-grossense.
- (E) Sudeste mato-grossense.



28. Segundo o Censo 2010, realizado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população mato-grossense era constituída por 51,05% de homens e 48,95% de mulheres. Estes dados revelam
- (A) a importância dos migrantes, predominantemente homens.
 - (B) a maior expectativa de vida do grupo masculino em relação ao feminino.
 - (C) o aumento da migração das mulheres em direção ao Sul e Sudeste.
 - (D) característica semelhante à encontrada em outros Estados brasileiros.
 - (E) a melhoria das condições de vida que se reflete na taxa de mortalidade geral.

29. Considere o gráfico da Composição do PIB – Produto Interno Bruto – 2012 do Estado do Mato Grosso.



(Disponível em: <http://www.deepask.com>)

As porções 1 e 2 do gráfico correspondem, aos setores econômicos, respectivamente,

- (A) da indústria e de serviços.
 - (B) de serviços e da indústria.
 - (C) da agropecuária e da administração pública.
 - (D) de serviços e da agropecuária.
 - (E) da administração pública e da agropecuária.
30. Sobre atividades econômicas do Mato Grosso, considere:
- I. A borracha natural tem sido foco de incentivos do Governo, que quer agregar valor à borracha produzida no Estado, com beneficiamento e industrialização.
 - II. Extensas áreas do extremo norte do Estado têm sofrido desmatamento do cerrado para a expansão da soja e da cana-de-açúcar.
 - III. O Estado se apresenta como o maior produtor de diamante do Brasil e também se destaca pelas pedras coradas, como a ametista, o quartzo rosa, a ágata e a turmalina que fazem nascer importante setor joalheiro.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Para a contratação da execução de determinada obra de engenharia no valor estimado de R\$ 120.000,00, a Administração pública tem o dever de licitar. Para tanto, deve escolher a modalidade de licitação pública aplicável. Considerados a natureza do objeto – obra de engenharia – e o valor estimado da contratação – cento e vinte mil reais –, é correto afirmar que o seu poder de escolha da modalidade de licitação aplicável mais célere e consentânea com o princípio da duração razoável do processo é
- (A) discricionário, visto basear-se em razões de conveniência e oportunidade.
 - (B) vinculado, consistente em licitar na modalidade de convite.
 - (C) vinculado, consistente em licitar na modalidade de concorrência.
 - (D) discricionário, no sentido de que inexistem parâmetros para a escolha da modalidade nesse caso, cabendo ao administrador público optar por aquela que, na sua avaliação, melhor atende o interesse público.
 - (E) vinculado, visto ser baseado em razões de conveniência e oportunidade.
-
32. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nas licitações públicas, significa que as normas previstas no edital vinculam a todos os licitantes,
- (A) independentemente do que disponha a lei.
 - (B) e à Administração pública, ainda que eivadas de algum vício de legalidade.
 - (C) e à própria Administração pública, prevalecendo, inclusive, sobre a lei.
 - (D) e à própria Administração pública, prevalecendo, inclusive, sobre a lei, mas não sobre a Constituição.
 - (E) e à própria Administração pública, desde que não sejam contrárias à lei.
-
33. O princípio do julgamento objetivo, nas licitações públicas, significa que o julgamento do certame deve realizar-se
- (A) segundo o melhor entendimento da comissão julgadora, ainda que dissociado do instrumento convocatório.
 - (B) segundo as melhores práticas do mercado, independentemente do instrumento convocatório.
 - (C) segundo critérios objetivos, previstos no instrumento convocatório.
 - (D) segundo razões de conveniência e oportunidade do gestor.
 - (E) em função dos objetivos da contratação.
-
34. Os poderes hierárquicos do Chefe do Poder Executivo compreendem a possibilidade de
- (A) dar ordens aos gestores que lhe estejam hierarquicamente subordinados, desde que compatíveis com o Direito.
 - (B) dar ordens aos gestores públicos, inclusive àqueles que pertençam à Administração pública indireta.
 - (C) avocar competências de seus subordinados, a exemplo, invariavelmente, das de caráter normativo.
 - (D) dar ordens aos gestores que lhe estejam hierarquicamente subordinados, ainda que contrárias ao Direito.
 - (E) demitir, a seu exclusivo critério, gestores que lhe sejam subordinados, inclusive os estáveis.
-
35. Agente público estatutário viola dever funcional de assiduidade, ao faltar reiteradamente ao serviço sem justificativas ou mediante justificativas não aceitas por lei. Por tal razão, o mesmo pode vir a sofrer sanções de natureza
- (A) disciplinar, independentemente de processo administrativo, visto tratar-se de verdade sabida, isto é, testemunhada pela chefia e por todos os agentes lotados na repartição pública.
 - (B) disciplinar, mediante processo administrativo, por meio do qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - (C) judicial tão somente, mediante devido processo legal, por meio do qual lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - (D) hierárquica, independentemente de processo administrativo, visto tratar-se de verdade sabida, isto é, testemunhada pela chefia e por todos na repartição pública.
 - (E) disciplinar, independentemente de processo administrativo, tendo em vista a aplicação dos princípios da verdade sabida e da celeridade processual.
-
36. Empresa estatal pretende contratar pessoal para desempenhar funções técnico-administrativas, não correspondentes às de direção, chefia ou assessoramento. Para tanto deve
- (A) abrir processo de concurso público, por exigência da Constituição Federal.
 - (B) abrir processo de concurso público, em decorrência do princípio da razoabilidade.
 - (C) abrir processo de concurso público, em decorrência do princípio da continuidade dos serviços públicos.
 - (D) realizar contratações diretas, sem concurso público, desde que transparentes, por tratar-se de entidade de direito privado da Administração indireta e, como tal, não submetida a todos os deveres típicos do regime de direito público.
 - (E) realizar contratações diretas, sem concurso público, calcadas na supremacia do interesse público residente na celeridade do processo.



37. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado pretende ordenar a contratação de serviços de manutenção de ar-condicionado. No que tange à principiologia aplicável a tal contratação, há de se conhecer que ela se sujeita
- (A) ao princípio da separação dos poderes, por força do qual o Poder Legislativo deve criar as próprias regras de contratação de serviços, independentemente do que disponham as normas gerais de licitação e contratação públicas.
 - (B) aos princípios do processo legislativo, por tratar-se de atividade de Administração pública desempenhada pelo Poder Legislativo.
 - (C) aos princípios do processo judicial, por ser o Poder Judiciário o órgão responsável pela revisão de contratações realizadas no âmbito dos demais Poderes do Estado.
 - (D) ao princípio da separação dos poderes, por força do qual o regramento aplicável às contratações a cargo do Poder Legislativo deve ser distinto do aplicável às contratações a cargo do Poder Executivo.
 - (E) aos princípios da Administração pública, por tratar-se de atividade da Administração pública, ainda que desempenhada pelo Poder Legislativo.
-
38. O princípio da continuidade dos serviços públicos implica, essencialmente, para
- (A) a Administração pública, o dever de prestá-los a todos, sem interrompê-los até mesmo em relação aos administrados que deixem de pagar a devida contraprestação em dinheiro, visto serem considerados serviços essenciais.
 - (B) os administrados, o direito de usufruí-los gratuitamente, inclusive quando sejam tais serviços remunerados e não gratuitos, visto serem sempre essenciais.
 - (C) os administrados, o direito de não presenciarem quaisquer greves de trabalhadores responsáveis pela prestação de serviços públicos.
 - (D) a Administração pública, o dever de não interromper a sua prestação injustificadamente, somente podendo fazê-lo com fundamento no ordenamento jurídico.
 - (E) a Administração pública, o dever de zelar pela celeridade na prestação dos serviços públicos.
-
39. A nomeação para cargo público de carreira em caráter efetivo, seguida da tomada de posse no cargo, envolve
- (A) a impossibilidade jurídica de o servidor nomeado e empossado vir a ser exonerado, contra a sua vontade, do cargo que passou a ocupar.
 - (B) a imediata aquisição da estabilidade no cargo, consistente no direito de nele permanecer, somente vindo a perdê-lo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (C) a observância do requisito da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade, tornando-se, posteriormente, impossível a exoneração do servidor, contra a sua vontade, do cargo que passou a ocupar.
 - (D) o cumprimento, pelo servidor, de estágio probatório de 2 anos, podendo ser o mesmo exonerado em caso de avaliação negativa de sua aptidão e capacidade no desempenho do cargo, independentemente de processo regular de avaliação.
 - (E) a observância do requisito da prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade, assim como a observância de outros requisitos previstos em lei.
-
40. À luz da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, a remoção e a redistribuição de servidor público, embora assemelhadas por consistirem no deslocamento de servidor, distinguem-se em que
- (A) a redistribuição cabe exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, enquanto a remoção tem cabimento noutras hipóteses.
 - (B) a remoção para outra localidade independe de interesse público fundamentado, enquanto a redistribuição depende, sim, de interesse público devidamente fundamentado.
 - (C) a redistribuição se opera de ofício, enquanto a remoção apenas a pedido do servidor.
 - (D) a remoção opera-se com mudança de quadro, enquanto a redistribuição sem mudança de quadro.
 - (E) na remoção tal deslocamento se opera com o respectivo cargo, enquanto na redistribuição o mesmo é efetuado sem o respectivo cargo.



41. É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no art. 3º da Constituição Federal,
- (A) garantir uma renda mínima a todo cidadão.
 - (B) combater à fome.
 - (C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - (D) erradicar o analfabetismo.
 - (E) garantir a paz no território nacional.
-
42. O fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º da Constituição Federal, que torna o cidadão titular de direitos e o qualifica como participante da vida do Estado é
- (A) a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho.
 - (B) a soberania.
 - (C) a dignidade da pessoa humana.
 - (D) a cidadania.
 - (E) o pluralismo político.
-
43. Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, está estabelecido que
- (A) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação após a aprovação de licença.
 - (B) é assegurado o direito de resposta, dependendo do agravo, além da indenização apenas por dano material.
 - (C) é livre a manifestação do pensamento, inclusive de forma anônima.
 - (D) é garantido o direito de propriedade, independente de sua função social.
 - (E) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de condição filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
-
44. O trabalho infantil é proibido pela Constituição Federal, que estabelece a idade inicial e as condições em que é permitido trabalhar no Brasil. O dispositivo constitucional estabelece a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de
- (A) dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
 - (B) vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
 - (C) dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
 - (D) vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
 - (E) dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
-
45. *Os direitos sociais foram conquistados ao longo de séculos, sendo a maioria deles conquistada no século XX por meio da pressão de movimentos sociais e de trabalhadores. Caracterizam-se por serem direitos fundamentais e necessariamente sujeitos à observância do Estado. A demanda por direitos sociais teve origem no século XIX, com o advento da Revolução Industrial. Eles foram, primeiramente, estabelecidos pelas constituições Mexicana em 1917 e de Weimar em 1919, sendo positivados no âmbito internacional em 1948, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e mais tarde detalhados no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966.*
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_sociais
- Dentre os direitos sociais fundamentais previstos no art. 6º da Constituição Federal está
- (A) a cultura.
 - (B) o meio-ambiente.
 - (C) o esporte.
 - (D) a moradia.
 - (E) o voto direto e secreto.
-
46. Recentemente, um jornal noticiou a criação de um Grupo de Trabalho para salvar o Pantanal, bioma que é constituído pela microrregião do Alto do Pantanal, do Estado de Mato Grosso e pela microrregião do Baixo Pantanal, do Estado do Mato Grosso do Sul. As microrregiões são constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum e, de acordo com a Constituição Federal, podem ser instituídas
- (A) pelos Municípios.
 - (B) pelos Estados.
 - (C) pela União.
 - (D) pela União e pelos Estados.
 - (E) pelos Estados e pelos Municípios.



47. Os Estados não podem legislar sobre algumas matérias, consideradas privativas da União. As matérias sobre as quais SOMENTE a União pode legislar são
- (A) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
 (B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
 (C) orçamento e direito financeiro.
 (D) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
 (E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
-
48. Os princípios da Administração Pública, expressos no art. 37 da Constituição Federal, são:
- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 (B) legalidade, impessoalidade, transparência, publicidade e economicidade.
 (C) legalidade, solidariedade, moralidade, publicidade e eficácia.
 (D) legalidade, solidariedade, ética, transparência e eficiência.
 (E) legalidade, impessoalidade, ética, publicidade e economicidade.
-
49. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados pela Administração pública, como regra geral, mediante
- (A) compra direta.
 (B) processo de licitação pública.
 (C) convênios.
 (D) descentralização de recursos.
 (E) termo de ajustamento de conduta.
-
50. A estabilidade é um direito dos servidores públicos garantido na Constituição Federal. O objetivo é evitar que sejam demitidos sempre que um novo governante é eleito, protegê-los de represálias em casos que afetem interesses e garantir que a máquina do Estado funcione de maneira constante. Os servidores que já adquiriram estabilidade,
- (A) podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
 (B) podem perder o cargo em virtude de sentença judicial de primeira instância, dependendo da gravidade da infração cometida.
 (C) podem perder o cargo mediante processo administrativo com ou sem apresentação de defesa.
 (D) podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação de desempenho, a critério da chefia imediata.
 (E) não podem perder o cargo.
-
51. Além de se preocupar com os comportamentos observáveis, Edgar Schein privilegia a aprendizagem do grupo e assume que a cultura organizacional desempenha funções específicas. No modelo proposto por este autor, a camada mais invisível que tende a ser considerada uma verdade, ou algo inquestionável, é exemplificada pelos
- (A) valores e tabus.
 (B) artefatos e criações.
 (C) pressupostos básicos.
 (D) ritos, rituais e cerimônias.
 (E) regimentos e normas.

52. O quadro a seguir apresenta as fases elementares para elaboração e implementação do planejamento estratégico:

Coluna A	Fases elementares	Coluna B	Fases em detalhes
1	Diagnóstico estratégico	W	Estabelecer propósitos e debater cenários
2	Missão da empresa	X	Estabelecer objetivos e metas
3	Instrumentos prescritivos e quantitativos	Y	Identificar visão e valores
4	Controle e avaliação	Z	Desenvolver indicadores e adicionar informações

A correta correlação entre as **colunas A e B** está descrita em

- (A) 1-Z; 2-X; 3-W; 4-Y.
 (B) 1-Z; 2-W; 3-X; 4-Y.
 (C) 1-Y; 2-X; 3-W; 4-Z.
 (D) 1-W; 2-Z; 3-Y; 4-X.
 (E) 1-Y; 2-W; 3-X; 4-Z.



53. Com o objetivo de melhorar o ambiente de trabalho, reduzir o desperdício e aumentar a produtividade, um determinado órgão público decidiu implementar o programa de qualidade conhecido como "5S". Sua implementação requer um passo a passo no qual o último dos "sensos" corresponde ao senso de
- (A) utilização.
 - (B) ordenação.
 - (C) autodisciplina.
 - (D) limpeza.
 - (E) higiene.

54. Sobre as ferramentas básicas do controle da qualidade, considere:

- I. Os fluxogramas, também conhecidos como diagramas de processos, apresentam a variação de dados de forma visual. O gestor de qualidade normalmente os utiliza para apresentar dados contínuos que podem ser medidos.
- II. Os diagramas de "causa e efeito", ou diagramas de "espinha de peixe", são utilizados para determinar se existe ou não relação entre duas variáveis, neste caso o supervisor de atendimento de uma repartição pública pode identificar, por meio de uma pesquisa, a relação entre a satisfação do cliente e o seu tempo de espera na fila.
- III. Os diagramas de Pareto são utilizados como forma de análise para direcionar os recursos às categorias de materiais que mais giram no estoque.
- IV. As cartas de controle estatístico são utilizadas para identificação de pontos ou padrões incomuns que podem contribuir nas ações gerenciais que visam qualidade. Elas apresentam dados plotados em função do tempo, dos quais permitem uma representação visual das médias e medidas de variação referentes, por exemplo, a um processo de atendimento ao cidadão.

Está correto o que consta APENAS nas premissas

- (A) I, II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

55. A gestão de uma organização pública deve corroborar com o conjunto de princípios estabelecidos pela alta administração do órgão, sendo assim a gestão deste tipo de organização pode ser subdividida conforme a figura a seguir:



NÃO se refere à Gestão Financeira:

- (A) Fornecer informações à tomada de decisões financeiras.
 - (B) Identificar os problemas de caixa e liquidez.
 - (C) Adquirir os fundos necessários aos investimentos para operacionalizar a organização.
 - (D) Utilizar de forma eficiente os recursos monetários adquiridos.
 - (E) Enfatizar a maximização do resultado do todo e não das partes isoladas.
56. Os Sistemas de Informação, principalmente os da categoria econômico-financeira, são distribuídos em três modelos: decisão, mensuração e informação. Trata-se de uma característica importante do modelo de informação:
- (A) Validar a atribuição de valores numéricos aos objetos e eventos relacionados a uma determinada escala.
 - (B) Contemplar, além da identificação e da classificação, a transmissão de sinais por meio de canais denominados relatórios gerenciais.
 - (C) Elaborar modelos sistemáticos para se determinar o valor das transações.
 - (D) Orientar a tomada de decisões no planejamento do Sistema de Informações.
 - (E) Harmonizar com a missão da sua respectiva área operacional que, por sua vez, corrobora com a missão da organização.



57. O Clima Organizacional pode ser considerado um atributo da própria organização, sob a perspectiva de seus participantes. Os motivos sociais básicos que influenciam o clima de uma organização perpassam por aspectos como “realização”, “afiliação” e “poder”. O motivo social básico “afiliação” tem como característica, dentre outras,
- (A) o grau em que a organização reconhece e estimula a liderança dos participantes mais qualificados.
 - (B) o sentimento entre os membros de uma organização de que as coisas estão bem organizadas e os objetivos estão claramente definidos, ao invés de serem desordenados e confusos.
 - (C) o grau em que os participantes de uma organização sentem-se recompensados e reconhecidos por um bom trabalho, e não apenas criticados ou punidos quando há erros na execução de um trabalho.
 - (D) o grau em que os membros percebem que existem muitas regras, procedimentos, diretrizes e práticas que têm de ser seguidas, influenciando na forma como devem realizar o seu trabalho.
 - (E) a ênfase que a organização coloca na qualidade do desempenho e na produção elevada, refletindo em objetivos estimulantes e comprometimento.

58. Os princípios arquivísticos obedecem a certas características inerentes ao arquivo, como, por exemplo:
- I. A “singularidade do produtor do arquivo” dá-se em função do respeito à proveniência.
 - II. A “filiação do documento à ação que o produziu ou recebeu” baseia-se no princípio da integridade, ou indivisibilidade.
 - III. A “dependência do documento dos demais documentos criados em prol da mesma missão que o gerou” ocorre em função do respeito à manutenção da ordem original ou o respeito à proveniência interna.
 - IV. Mesmo que ocorram duas entidades com a mesma missão e cujas funções “atividades” sejam definidas da mesma forma, elas não gerarão arquivos idênticos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e IV.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e III.
59. A Gestão de Documentos tem como principais objetivos racionalizar e tornar eficiente a criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivo. Convencionou-se, entre os principais autores de arquivologia, que a classificação dos documentos de caráter permanente denomina-se
- (A) Catalogação.
 - (B) Organicidade.
 - (C) Cumulatividade.
 - (D) Indivisibilidade.
 - (E) Arranjo.

60. De acordo com a Lei de Acesso à Informação de 2011, uma vez informado o extravio da informação solicitada, o interessado poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação. Nesta situação, o órgão, ou entidade pública, responsável pela guarda da informação extraviada, deverá
- (A) reconhecer o fato publicamente em 5 dias e justificar e identificar testemunhas que comprovem sua alegação 10 dias após o reconhecimento.
 - (B) justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 5 dias.
 - (C) justificar o fato em até 10 dias e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 20 dias, após a justificativa.
 - (D) reconhecer o fato publicamente em 5 dias e justificar e identificar testemunhas que comprovem sua alegação 5 dias após o reconhecimento.
 - (E) justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de 10 dias.



61. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, cumprido o seu teor e em virtude de sua imprescindibilidade à segurança do Estado ou da sociedade, poderá ser classificada como reservada, secreta ou ultrassecreta. Conforme a Lei nº 12.527/2011, os prazos máximos de restrição ao acesso destes tipos de informação são, respectivamente,
- (A) 5, 15 e 25 anos.
 - (B) 10, 15 e 20 anos.
 - (C) 5, 10 e 15 anos.
 - (D) 10, 20 e 30 anos.
 - (E) 5, 15 e 30 anos.

62. A retenção de informações, por parte de pessoa física ou entidade privada que possuir qualquer tipo de vínculo com o poder público, está sujeita a sanções previstas na Lei de Acesso à Informação, promulgada em novembro de 2011. Dentre as sanções previstas, está a *rescisão do vínculo com o poder público*, que pode ser aplicada juntamente com penalidade de
- (A) reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - (B) advertência.
 - (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública.
 - (D) suspensão para participar em licitações públicas.
 - (E) multa.

63. O quadro abaixo demonstra alguns dos principais conceitos para o controle de estoque:

Coluna A	Índices para Controle de Estoque	Coluna B	Conceito
1	Rotatividade	W	Promove o adequado estabelecimento do Ponto de Pedido.
2	Estoque de segurança	X	Possui relação direta com a política de investimento em estoque.
3	Lote econômico	Y	Trata-se da relação entre consumo e estoque médio, dentro de um período de tempo.
4	Custo total	Z	Envolve a relação de uma SKU com a satisfação/necessidade do cliente/usuário e o custo de aquisição de compra-la

A correta correlação entre as colunas **A** e **B** está descrita em

- (A) 1-W; 2-Z; 3-Y; 4-X.
 - (B) 1-X; 2-W; 3-Z; 4-Y.
 - (C) 1-Y; 2-Z; 3-W; 4-X.
 - (D) 1-Y; 2-W; 3-Z; 4-X.
 - (E) 1-Z; 2-Y; 3-X; 4-W.
64. Na coordenadoria de um determinado órgão público, a opção por uma estrutura matricial, deve-se ao fato de uma das suas principais características consistir em
- (A) alto grau de formalização.
 - (B) interrelacionamento de especialidades.
 - (C) unidade de comando hierarquizada.
 - (D) especialização elevada.
 - (E) comunicação verticalizada.
65. O líder da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Procuradoria Geral do Estado solicitou que fosse realizado um levantamento das principais vantagens e desvantagens dos tradicionais métodos de avaliação de desempenho e, ao final deste levantamento, a equipe de Recursos Humanos chegou a conclusão de que aplicaríamos o "Método de Pesquisa de Campo", sobretudo, pela seguinte vantagem:
- (A) Proporciona profundidade na avaliação do desempenho.
 - (B) Evita o efeito halo por ouvir diversas opiniões.
 - (C) Método de fácil montagem e fácil utilização.
 - (D) Não requer treinamento dos avaliadores para sua aplicação.
 - (E) Facilidade na comparação dos resultados de vários funcionários.

**Legislação Específica**

66. Considere:

- I. Representar o Estado judicialmente, mas não extrajudicialmente.
- II. Exercer a função de assessoramento jurídico do Estado, mas não de consultoria.
- III. Promover, privativamente, a inscrição e a cobrança da dívida ativa estadual.
- IV. Opinar em todos os processos que impliquem alienação de bens do Estado.
- V. Indicar a proposição de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal e de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Nos termos da Lei Complementar nº 111/2002, é competência da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso APENAS o constante em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, IV e V.

67. A Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Estado do Mato Grosso, estabelece, no caso da posse, que

- (A) ocorrerá no prazo improrrogável de 60 dias contados da publicação do ato de provimento.
- (B) é vedada sua realização mediante procuração.
- (C) ocorrerá nos casos de provimento de cargo por nomeação.
- (D) é facultativa a apresentação da declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio no ato da posse, sendo obrigatória para a entrada em exercício.
- (E) sua ocorrência independe de comprovada aptidão física para o exercício do cargo.

68. No que se refere às formas de provimento, a Lei Complementar nº 04/1990 estabelece que

- (A) são requisitos essenciais da transferência, tanto para o servidor como para o cônjuge ou companheiro, o interesse comprovado do serviço, a existência de vaga e contar com 2 anos de efetivo exercício no cargo.
- (B) no caso da readaptação, se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, nos termos da lei vigente.
- (C) a reversão far-se-á a pedido ou de ofício.
- (D) reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez.
- (E) no caso do aproveitamento, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional.

69. Considere:

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
- II. Observar as normas legais e regulamentares.
- III. Ser assíduo e pontual ao serviço.
- IV. Tratar com urbanidade as pessoas.
- V. Representar contra ilegalidade ou abuso de poder.

A pena de repreensão, prevista na Lei Complementar nº 04/1990, é aplicável quando houver o descumprimento dos deveres constantes APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

70. A Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais do Estado do Mato Grosso, estabelece que podem ser concedidas, remuneradamente ao servidor, ainda que de forma temporária, as licenças

- (A) por motivo de doença em pessoa da família e por motivo de afastamento do cônjuge.
- (B) por motivo de afastamento do cônjuge e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.
- (C) por motivo de doença em pessoa da família e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.
- (D) para atividade política e para qualificação profissional.
- (E) para atividade política e para serviço militar, esta nos 30 dias que terá para reassumir o exercício.